

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTENEGRO		
340 PROJETO Nº 60/17		
18	10	17

PROJETO DE LEI N.º 60, DE 09 DE OUTUBRO DE 2017.

Revoga a Lei n.º 3.033, de 28 de dezembro de 1994, que faculta o estacionamento temporário e rotativo de veículos defronte às farmácias e drogarias e dá outras providências.

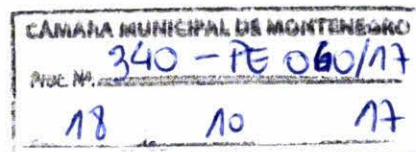
Art. 1º Fica revogada a Lei n.º 3.033, de 28 de dezembro de 1994, que faculta o estacionamento temporário e rotativo de veículos defronte às farmácias e drogarias e dá outras providências.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE MONTENEGRO,
em 09 de outubro de 2017.


CARLOS EDUARDO MÜLLER
Prefeito Municipal

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTENEGRO	
Discutido e votado em:	_____
Resultado da votação:	Votos a favor: _____
	Abstenções: _____



Ofício n.º 009/2017-GP-AAL

Montenegro, 09 de outubro de 2017.

Assunto: Mensagem Justificativa do Projeto de Lei n.º 60/2017

Excelentíssimo Senhor Presidente:

Encaminho o projeto de lei anexo através do qual o Executivo Municipal solicita autorização para revogar a Lei n.º 3.033, de 28.12.1994, que faculta o estacionamento temporário e rotativo de veículos defronte às farmácias e drogarias.

Veja-se que as condições à época em que foi editada a lei local a justificavam plenamente. Contudo, nos dias atuais, o grande número de estabelecimentos do gênero (somente na Rua Ramiro Barcelos, trecho entre Olavo Bilac/São João, existem 04 farmácias, todas na mesma face sentido rodoviária/rio) têm proporcionado um acúmulo de "reserva de espaço" que não se justifica, por trazer prejuízos aos demais interessados nas vagas de estacionamento.

Presente, ainda, a dificuldade em termos fiscais/operacionais de se constatar infração frente às normas da lei local, uma vez que não se tem como saber se o uso se dá por interesse nas farmácias ou em outro estabelecimento.

Ademais, a Resolução n.º 302/2008, do CONTRAN define áreas de estacionamento específicas, especialmente: 1) o inciso VII, do artigo 2º, o qual define área de estacionamento de curta duração; 2) o artigo 6º, que veda a destinação de parte da via para estacionamento privativo de qualquer veículo em situação não prevista na resolução; 3) o artigo 7º, que fixa prazo para adequação às normas federais que edita.

A norma federal é mais ampla, facultando a colocação da sinalização "curta duração" para outras condições, não só para farmácias. Nesse sentido, a Administração Pública está adquirindo placas de sinalização de curta duração, com o fim de instalação futura.

A embasar a revogação da referida lei em anexo seguem pareceres emitidos por especialistas na área, além do parecer n.º 218/2013, do Conselho Estadual de Trânsito de Santa Catarina (CETRA/SC), com ênfase em sua conclusão.

Há de ser levado em consideração também o disposto no artigo 90, §1º, da Lei n.º 9.503/1997, que estabelece o seguinte:

Art. 90. Não serão aplicadas as sanções previstas neste Código por inobservância à sinalização quando esta for insuficiente ou incorreta.

§ 1º O órgão ou entidade de trânsito com circunscrição sobre a via é responsável pela implantação da sinalização, respondendo pela sua falta, insuficiência ou incorreta colocação.

Outrossim, o Conselho Municipal de Trânsito expediu a Resolução a n.º 05/2016 aprovando o pedido de revogação da Lei Municipal n.º 3.033/1994, conforme folha 33.

Por fim, saliento que não se está propondo o fim do estacionamento "para farmácias", mas, sim, a regularização de uma reserva de espaço destinado ao uso público comum, com a instalação da sinalização de estacionamento de curta duração.

Segue anexo o processo administrativo n.º 6197/2015.

Atenciosamente,



CARLOS EDUARDO MÜLLER
Prefeito Municipal

A Sua Excelência o Senhor
Vereador Neri de Mello Pena
Câmara Municipal de Vereadores
Montenegro/RS

CÂMARA DE VEREADORES DE MONTENEGRO
PROTOCOLO DE RECEBIMENTO
Por: <u>André Senna</u>
Em: <u>18 / 10 / 17</u> , às <u>15</u> : <u>10</u>